

Ministro negocia para recuperar as reservas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O acordo de negociação da dívida externa brasileira, no momento em discussão com os credores, deverá incluir um programa de recuperação das reservas externas do País, segundo informou-se ontem no Palácio do Planalto. O ministro Mafson da Nóbrega, da Fazenda, deverá insistir neste ponto.

Segundo fontes do Palácio do Planalto, o governo brasileiro não pretende desistir da securitização da dívida externa do País (troca de dívida por bônus, com desconto), mas reconhece, neste momento, as dificuldades para seguir por este caminho, em vista do baixo nível das reservas internacionais. De acordo com o modelo que vem sendo aceito pelos bancos privados para a securitização da dívida, o país devedor tem de utilizar parte das suas reservas na operação. O México, por exemplo, teve de se utilizar de reservas, na proporção de 20% do total securitizado, no caso, de US\$ 2 bilhões das reservas para dar garantia a um total de US\$ 10 bilhões de bônus.

Como o nível das reservas externas brasileiras é considerado muito baixo — aproximadamente US\$ 4,5 bilhões, o suficiente apenas para dar segurança às transações normais do País — entende-se no Palácio do Planalto que está aí um sério obstáculo à securitização, já que ela

é facultativa e, portanto, nenhum banco aceitaria trocar seus créditos por bônus sem garantias.

E com o objetivo de retirar este obstáculo, no médio prazo, é que o governo pretende aprovar no acordo com os bancos um programa de recuperação das reservas externas do País. Numa segunda etapa, participariam deste programa também o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Clube de Paris (entidade que reúne bancos oficiais das nações desenvolvidas), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O programa de recuperação das reservas externas do País compreenderia, principalmente, a fixação de menores **spreads** (taxa de risco), de um seguro contra altas flutuações das taxas de juros, de garantias de refinanciamento de parte dos juros devidos e da fixação de maiores prazos para o pagamento do principal.

Atualmente, as reservas externas brasileiras vêm sofrendo um grande impacto provocado pelos elevados **spreads** cobrados ao País — os mais altos do mundo. O Brasil tem pago **spreads** de até 2%, contra os 0,81% pagos, por exemplo, por México e Argentina. Com a decretação da moratória, esta situação se agravou, pois os **spreads** cobrados do Brasil nas operações de curto prazo tiveram um aumento considerável.